

TÍTULO VIII
DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA – PROINFRA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(Dec. 50.324/2021)

Art. 315. O estabelecimento que realizar, no território deste Estado, investimento em infraestrutura necessário à instalação ou ampliação de seu empreendimento pode aderir ao Proinfra, observado o disposto neste Título (Convênio ICMS 85/2011). *(Dec. 50.324/2021)*

Redação anterior, efeitos até 26.02.2021:

~~**Art. 315.** Deve observar o disposto neste Título o estabelecimento que realizar, no território deste Estado, investimento em infraestrutura necessário à instalação ou ampliação de seu empreendimento (Convênio ICMS 85/2011). *(Dec. 44.828/2017)*~~

Redação anterior, efeitos até 04.08.2017:

~~**Art. 315.** Devem observar o disposto neste Título os seguintes estabelecimentos que realizarem, no território deste Estado, investimentos em infraestrutura necessários à instalação ou ampliação de seu empreendimento (Convênio ICMS 85/2011):~~

I – REVOGADO. *(Dec. 44.828/2017)*

Redação anterior, efeitos até 04.08.2017:

~~I – industrial; ou~~

II – REVOGADO. *(Dec. 44.828/2017)*

Redação anterior, efeitos até 04.08.2017:

~~II – comercial atacadista.~~

§ 1º O disposto no caput aplica-se inclusive a investimento relativo à manutenção do empreendimento, quando realizado por estabelecimento industrial. *(Dec. 48.277/2019)*

Redação anterior, efeitos até 04.08.2017:

~~Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se inclusive a investimentos relativos à manutenção do empreendimento, na hipótese do inciso I.~~

§ 2º O investimento de que trata este artigo deve ser utilizado para execução das seguintes obras de infraestrutura necessárias ao funcionamento do empreendimento: *(Dec. 52.167/2022)*

Redação anterior, efeitos até 21.01.2022:

~~§ 2º O investimento de que trata este artigo deve ser utilizado para execução de obra de infraestrutura, no entorno do empreendimento, necessária ao seu funcionamento, tais como aquelas relativas ao: *(Dec. 48.277/2019)*~~

I - acesso viário, bem como sua melhoria; *(Dec. 48.277/2019)*

II - fornecimento de energia, bem como seu reforço de capacidade e melhoria; *(Dec. 48.277/2019)*

III - fornecimento de gás canalizado; ou *(Dec. 48.277/2019)*

IV - fornecimento de água bruta e tratada. *(Dec. 48.277/2019)*

§ 3º Na hipótese de a obra de infraestrutura ser distinta daquelas relacionadas no § 2º, a Sefaz pode, desde que haja interesse público, autorizar a adesão do estabelecimento ao Proinfra. *(Dec. 52.167/2022)*

CAPÍTULO II
DO CRÉDITO PRESUMIDO
(Dec. 50.324/2021)

Art. 316. REVOGADO. (Dec. 48.277/2019)

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~**Art. 316.** Até 30 de setembro de 2019, fica concedido crédito presumido, aos estabelecimentos mencionados no art. 315, em valor equivalente ao resultado da aplicação do percentual de até 10% (dez por cento) sobre o imposto apurado em cada período fiscal. (Dec. 48.012/2019)~~

Redação anterior, em vigor até 27.09.2019:

~~**Art. 316.** Até 31 de outubro de 2020, fica concedido crédito presumido, aos estabelecimentos mencionados no art. 315, em valor equivalente ao resultado da aplicação do percentual de até 10% (dez por cento) sobre o imposto apurado em cada período fiscal. (Dec. 47.868/2019)~~

Redação anterior, efeitos até 29.08.2019:

~~**Art. 316.** Até 30 de setembro de 2019, fica concedido crédito presumido, aos estabelecimentos mencionados no art. 315, em valor equivalente ao resultado da aplicação do percentual de até 10% (dez por cento) sobre o imposto apurado em cada período fiscal.~~

Art. 316-A. Ao estabelecimento que realizar investimento em infraestrutura necessário à instalação, ampliação ou manutenção de seu empreendimento que, até 31 de outubro de 2022 e no período de 1º de agosto de 2023 até 31 de dezembro de 2026, tenha celebrado o protocolo de intenções de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 317, fica concedido crédito presumido, nos termos do art. 15, observando-se o seguinte (Convênio ICMS 85/2011): (Dec. 56.363/2024)

Redação anterior, efeitos até 11.04.2024:

~~**Art. 316-A.** Ao estabelecimento que realizar investimento em infraestrutura necessário à instalação, ampliação ou manutenção de seu empreendimento que, até 31 de outubro de 2022 e no período de 1º de agosto de 2023 até 30 de abril de 2024, tenha celebrado o protocolo de intenções de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 317, fica concedido crédito presumido, nos termos do art. 15, observando-se o seguinte (Convênio ICMS 85/2011): (Dec. 55.061/2023 - efeitos a partir de 1º.08.2023)~~

Redação anterior, efeitos até 31.07.2023:

~~**Art. 316-A.** Ao estabelecimento que realizar investimento em infraestrutura necessário à instalação, ampliação ou manutenção de seu empreendimento que, até 31 de outubro de 2022, tenha celebrado o protocolo de intenções de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 317, fica concedido crédito presumido, nos termos do art. 15, observando-se o seguinte: (Dec. 50.324/2021)~~

Redação anterior, efeitos até 26.02.2021:

~~**Art. 316-A.** Até 31 de outubro de 2020, fica concedido crédito presumido, aos estabelecimentos mencionados no art. 315, em valor equivalente ao resultado da aplicação do percentual de até 10% (dez por cento) sobre o imposto apurado em cada período fiscal. (Dec. 48.277/2019)~~

I - o valor total do benefício corresponde ao montante do investimento realizado, limitado ao valor estimado no protocolo de intenções; e (Dec. 50.324/2021)

II - o valor mensal do benefício é o equivalente ao resultado da aplicação do percentual de até 10% (dez por cento) sobre o imposto apurado em cada período fiscal, calculado antes da dedução de outros incentivos ou benefícios fiscais incidentes sobre o respectivo saldo devedor. (Dec. 50.324/2021)

Art. 317. A fruição do benefício fiscal previsto no art. 316-A: (Dec. 48.440/2019 - efeitos a partir de 20.11.2019)

Redação anterior, efeitos até 19.11.2019:

~~Art. 317. A fruição do benefício fiscal previsto no art. 316:~~

I – fica condicionada:

a) à existência de protocolo de intenções entre os mencionados estabelecimentos e o Governo do Estado de Pernambuco;

b) a que o estabelecimento beneficiário:

1. esteja em processo de instalação ou ampliação de sua unidade ou, na hipótese do § 1º do art. 315, localize-se em área que não ofereça as condições de infraestrutura necessárias ao escoamento de suas mercadorias, decorrente da insuficiência ou má condição da infraestrutura em seu entorno; (Dec. 48.277/2019)

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~1. esteja em processo de instalação ou ampliação de sua unidade ou, na hipótese do parágrafo único do art. 315, localize-se em área que não ofereça as condições de infraestrutura necessárias ao escoamento de suas mercadorias, decorrente da insuficiência ou má condição da infraestrutura em seu entorno;~~

2. apresente investimentos totais necessários à sua instalação ou ampliação de, no mínimo:

2.1. R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no caso de estabelecimento industrial; e (Dec. 48.277/2019)

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~2.1. R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso de estabelecimento industrial; e~~

2.2. R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), nos demais casos; (Dec. 48.277/2019)

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~2.2. R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), nos demais casos; (Dec. 44.828/2017)~~

Redação anterior, efeitos até 04.08.2017:

~~2.2. R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no caso de estabelecimento comercial atacadista;~~

3. propicie a geração de empregos de forma direta: (Dec. 44.828/2017)

Redação anterior, efeitos até 04.08.2017:

~~3. propicie a geração de empregos de forma direta de, pelo menos, 100 (cem) postos de trabalho; e~~

3.1. de, pelo menos, 100 (cem) postos de trabalho, relativamente a estabelecimento industrial ou comerciante atacadista; ou (Dec. 44.828/2017)

3.2. no quantitativo estabelecido no protocolo de intenções a que se refere a alínea "a", relativamente aos demais estabelecimentos; e (Dec. 44.828/2017)

4. esteja credenciado pelo órgão da Sefaz responsável pelo controle e acompanhamento dos benefícios fiscais, nos termos do art. 320; e

c) REVOGADO. (Dec. 50.324/2021)

Redação anterior, efeitos até 26.02.2021:

~~e) à emissão de parecer autorizativo pela AD Diper, contendo, a partir de informações e orçamentos fornecidos pelo contribuinte; (Dec. 48.277/2019)~~

~~1. levantamento dos custos da infraestrutura necessária; e (Dec. 48.277/2019)~~

~~2. atestado da viabilidade da execução da obra de infraestrutura, com a adoção de menores custos, sem prejuízo da manutenção de padrões de qualidade da infraestrutura a ser realizada; (Dec. 48.277/2019)~~

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~e) à apresentação, pelo contribuinte, de pleito fundamentado à AD Dipe, contendo levantamento dos custos da infraestrutura necessária;~~

II - pode ocorrer cumulativamente com a fruição de outros benefícios ou incentivos fiscais previstos na legislação tributária, inclusive aqueles decorrentes de programas que visem ao desenvolvimento econômico do Estado;

III - não pode resultar em recolhimento inferior a 1% (um por cento) do saldo devedor do ICMS mensal, decorrente do regime normal de apuração do imposto, no caso de estabelecimento beneficiário de outros incentivos ou benefícios fiscais incidentes sobre o respectivo saldo; e

IV - REVOGADO. (Dec. 50.324/2021)

Redação anterior, efeitos até 26.02.2021:

~~IV - fica limitada ao valor estimado da obra de infraestrutura pactuada por meio do protocolo de intenções de que trata a alínea "a" do inciso I e à fração do respectivo valor, na hipótese prevista no inciso II do § 1º. (Dec. 48.440/2019 - efeitos a partir de 20.11.2019)~~

Redação anterior, efeitos até 19.11.2019:

~~IV - observado o prazo de que trata o art. 316, fica limitada ao valor estimado da obra de infraestrutura pactuada com o Estado por meio do protocolo de intenções de que trata a alínea "a" do inciso I, bem como à fração do respectivo valor, na hipótese prevista no inciso II do § 1º.~~

§ 1º Na hipótese de investimento em infraestrutura necessário à manutenção de empreendimento, deve-se observar o seguinte:

I - o respectivo estabelecimento industrial deve apresentar parecer técnico da Adepe, atestando o comprometimento das operações da interessada em função da insuficiência ou má condição da infraestrutura em seu entorno; (Dec. 52.167/2022)

Redação anterior, efeitos até 21.01.2022:

~~I - o respectivo estabelecimento industrial deve apresentar parecer técnico da AD Dipe, atestando o comprometimento das operações da interessada em função da insuficiência ou má condição da infraestrutura em seu entorno;~~

II - mais de um contribuinte pode arcar com o custo de uma ou mais obras, cuja execução beneficie os estabelecimentos envolvidos, em razão de sua proximidade, devendo estar explicitado no protocolo de intenções a quantia assumida por cada contribuinte em relação ao custo total da obra. (Dec. 50.324/2021)

Redação anterior, efeitos até 26.02.2021:

~~II - mais de um contribuinte pode arcar com o custo de uma ou mais obras, cuja execução beneficie os estabelecimentos envolvidos, em razão de sua proximidade, devendo estar explicitado no protocolo de intenções a quantia assumida por cada contribuinte em relação ao custo total da obra; observado o disposto no inciso IV do caput. (Dec. 48.277/2019)~~

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~II - mais de um contribuinte pode arcar com o custo de uma ou mais obras, cuja execução beneficie os estabelecimentos envolvidos, em razão de sua proximidade, observado o disposto no inciso IV do caput; e~~

III- REVOGADO. (Dec. 48.277/2019)

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~III — portaria conjunta da Sefaz e da SDEC pode estabelecer requisitos mínimos de degradação relativamente à infraestrutura no entorno dos estabelecimentos, para fim de habilitação ao incentivo.~~

§ 2º REVOGADO. (Dec. 50.324/2021)

Redação anterior, efeitos até 26.02.2021:

~~§ 2º A comprovação quanto aos investimentos e à geração de empregos de que tratam os itens 2 e 3 da alínea "b" do inciso I do caput deve ocorrer no prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir do credenciamento de que trata o art. 320, sob pena do pagamento integral do imposto não recolhido em razão da utilização do benefício fiscal, com todos os acréscimos legais cabíveis, observando-se: (Dec. 48.277/2019)~~

~~I — a empresa beneficiária deve entregar à AD Diper a correspondente documentação comprobatória com especificação dos itens e custos evidenciados nos documentos previstos nas alíneas "a" e "c" do inciso I do caput;~~

~~II — a AD Diper deve emitir parecer de comprovação em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da documentação mencionada no inciso I, incorporando o ao processo que originou a concessão do incentivo fiscal, para encaminhamento à Sefaz; e (Dec. 48.277/2019)~~

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~§ 2º A comprovação quanto aos investimentos e à geração de empregos de que tratam os itens 2 e 3 da alínea "b" do inciso I do caput deve ocorrer no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do credenciamento de que trata o art. 320, sob pena do pagamento integral do imposto não recolhido em razão da utilização do benefício fiscal, com todos os acréscimos legais cabíveis, observando-se:~~

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~II — a AD Diper deve emitir parecer em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da documentação mencionada no inciso I, incorporando o ao processo que originou a concessão do incentivo fiscal, para encaminhamento à Sefaz; e~~

~~III — o prazo previsto no caput pode ser prorrogado mediante solicitação do contribuinte à AD Diper, na hipótese de ocorrência de motivo de força maior ou atraso em contrapartida do Estado, que alterem o cronograma de obras da empresa.~~

§ 3º Quando a obra de infraestrutura, realizada nos termos deste Título, for passível de utilização pela população circunvizinha e que trafegue na região, considera-se de utilidade pública, não devendo ser exigidos os investimentos totais mínimos de que trata o item 2 da alínea "b" do inciso I do caput. (Dec. 48.277/2019)

Art. 317-A. Relativamente à solicitação de credenciamento para fruição do benefício de que trata este Título, apresentada até 30 de dezembro de 2019, aplicam-se as regras vigentes em 30 de setembro de 2019. (Dec. 48.440/2019 - efeitos a partir de 20.11.2019)

Redação anterior, efeitos até 19.11.2019:

~~**Art. 317-A.** Relativamente à solicitação de credenciamento para fruição do benefício de que trata este Título, apresentada até 30 de setembro de 2019, aplicam-se as regras vigentes em 30 de setembro de 2019. (Dec. 48.277/2019)~~

**CAPÍTULO III
DA HABILITAÇÃO**
(Dec.50.324.2021)

Art. 317-B. Para habilitação ao Proinfra o estabelecimento deve: (Dec. 50.324/2021)

I - requerer à Adepe a emissão de parecer autorizativo, contendo, a partir de informações e orçamentos fornecidos pelo requerente: (Dec. 52.167/2022)

Redação anterior, efeitos até 21.01.2022:

~~I - requerer à AD Diper a emissão de parecer autorizativo, contendo, a partir de informações e orçamentos fornecidos pelo requerente: (Dec. 50.324/2021)~~

a) levantamento dos custos da infraestrutura necessária; e (Dec. 50.324/2021)

b) atestado da viabilidade da execução da obra de infraestrutura, com a adoção de menores custos, sem prejuízo da manutenção de padrões de qualidade da referida infraestrutura a ser realizada; e (Dec. 50.324/2021)

II - solicitar habilitação ao órgão da Sefaz responsável pelo controle e acompanhamento dos benefícios fiscais, apresentando a seguinte documentação: (Dec. 50.324/2021)

a) o protocolo de intenções de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 317; e (Dec. 50.324/2021)

b) o parecer autorizativo de que trata o inciso I. (Dec. 50.324/2021)

Parágrafo único. A habilitação de que trata o inciso II do caput deve ser publicada no DOE. (Dec. 50.324/2021)

**CAPÍTULO IV
DA COMPROVAÇÃO DO INVESTIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS**

(Dec. 50.324/2021)

Art. 317-C. A comprovação quanto ao investimento em infraestrutura necessário à instalação, ampliação ou manutenção do empreendimento, e quanto à geração de empregos de que trata o item 3 da alínea "b" do inciso I do art. 317, deve ocorrer no prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir do início dos efeitos da habilitação de que trata o art. 317-B, observando-se: (Dec. 52.167/2022)

Redação anterior, efeitos até 21.01.2022:

~~**Art. 317-C.** A comprovação quanto aos investimentos e à geração de empregos de que tratam os itens 2 e 3 da alínea "b" do inciso I do art. 317 deve ocorrer no prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir do início dos efeitos da habilitação de que trata o art. 317-B, observando-se: (Dec. 50.324/2021)~~

I - a empresa habilitada deve entregar à Adepe a correspondente documentação comprobatória com especificação dos itens e custos evidenciados nos documentos previstos na alínea "a" do inciso I do art. 317 e no inciso I do art. 317-B; (Dec. 52.167/2022)

Redação anterior, efeitos até 21.01.2022:

~~I - a empresa habilitada deve entregar à AD Diper a correspondente documentação comprobatória com especificação dos itens e custos evidenciados nos documentos previstos na alínea "a" do inciso I do art. 317 e no inciso I do art. 317-B; (Dec. 50.324/2021 Errata DOE de 19.05.2021)~~

II - a Adepe deve emitir parecer de comprovação em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da documentação mencionada no inciso I, incorporá-lo ao processo que originou a habilitação ao Proinfra, e encaminhar o mencionado processo à Sefaz para fim de credenciamento para fruição do benefício fiscal; e (Dec. 52.167/2022)

Redação anterior, efeitos até 21.01.2022:

~~II - a AD Diper deve emitir parecer de comprovação em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da documentação mencionada no inciso I, incorporá-lo ao processo que originou a habilitação ao Proinfra, e encaminhar o mencionado processo à Sefaz para fim de credenciamento para fruição do benefício fiscal; e (Dec. 50.324/2021)~~

III - o prazo previsto no caput pode ser prorrogado mediante solicitação do contribuinte à Adepe, na hipótese de ocorrência de motivo de força maior ou atraso em contrapartida do Estado, que alterem o cronograma de obras da empresa. (Dec. 52.167/2022)

Redação anterior, efeitos até 21.01.2022:

~~III — o prazo previsto no caput pode ser prorrogado mediante solicitação do contribuinte à AD Diper, na hipótese de ocorrência de motivo de força maior ou atraso em contrapartida do Estado, que alterem o cronograma de obras da empresa. (Dec. 50.324/2021)~~

CAPÍTULO V DA ESCRITURAÇÃO FISCAL

(Dec. 52.167/2022)

Art. 318. O benefício fiscal concedido nos termos deste Título deve ser lançado segundo as regras gerais de escrituração, observando-se:

I - o valor do benefício fiscal deve ser registrado no RAICMS mediante escrituração, a título de dedução para investimento, em separado e após o lançamento de outros incentivos ou benefícios fiscais incidentes sobre o respectivo saldo devedor, inclusive daqueles relativos ao Prodepe; e

II – REVOGADO. *(Dec. 50.324/2021)*

Redação anterior, efeitos até 26.02.2021:

~~II — o cálculo deve ser feito sobre o saldo devedor integral, antes das demais deduções a que se refere o inciso I.~~

CAPÍTULO VI DO CONTRIBUINTE SUJEITO À SISTEMÁTICA DE TRIBUTAÇÃO DO ICMS RELATIVA A TRIGO E DERIVADOS

(Dec. 52.167/2022)

Art. 319. Quando o contribuinte estiver sujeito à tributação do imposto na forma da sistemática para a cobrança do ICMS relativo a trigo em grão e farinha de trigo e suas misturas, bem como a seus produtos derivados, a fruição do benefício fiscal deve ocorrer mediante o previsto na legislação específica.

CAPÍTULO VII DO CREDENCIAMENTO

(Dec. 52.167/2022)

Art. 320. Para efeito de utilização da sistemática de que trata este Título, além das regras gerais de credenciamento, descredenciamento e recredenciamento previstas nos arts. 270 a 275, o contribuinte deve apresentar:

I – o protocolo de intenções de que trata a alínea “a” do inciso I do art. 317; e

II - o parecer de comprovação, emitido pela Adepe, de que trata o inciso II do art. 317-C. *(Dec. 52.167/2022)*

Redação anterior, efeitos até 21.01.2022:

~~II — o parecer de comprovação, emitido pela AD Diper, de que trata o inciso II do art. 317-C. (Dec. 50.324/2021)~~

Redação anterior, efeitos até 26.02.2021:

~~II — o parecer autorizativo de que trata a alínea “c” do inciso I do art. 317. (Dec. 48.277/2019)~~

Redação anterior, efeitos até 20.11.2019:

~~II — o parecer favorável da AD Diper quanto ao montante de investimentos previsto no projeto passível de ser objeto do benefício fiscal de que trata o art. 316, observada a política de desenvolvimento econômico e industrial do Estado.~~